



Assessoria Especial de Controle Interno (AECI)
Ministério dos Transportes
Janeiro de 2025

Relatório de Atividades

Este relatório apresenta os principais resultados da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) do Ministério dos Transportes em 2024, com foco em governança, integridade, transparência e gestão de riscos, destacando ações e impactos para uma gestão pública ética e eficiente.

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Esplanada dos Ministérios, Bloco R – Edifício Sede

Brasília – Distrito Federal

CEP: 70.044-902

RENAN FILHO

Ministro de Estado dos Transportes

GEORGE SANTORO

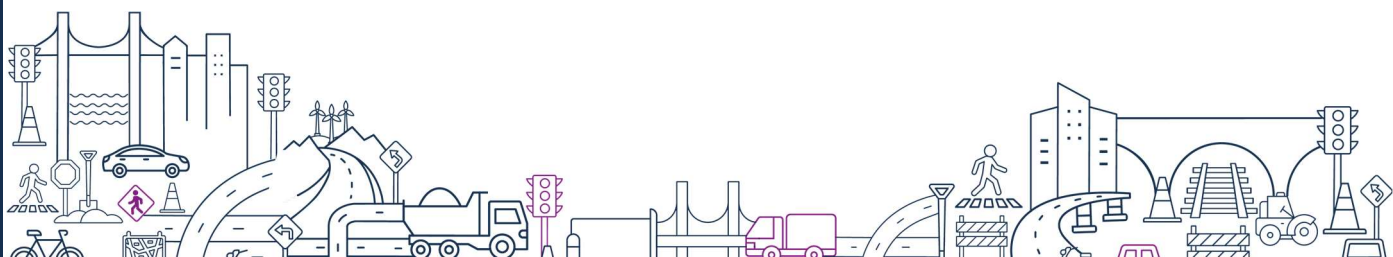
Secretário-Executivo

HENRIQUE BARROS PEREIRA RAMOS

Assessoria Especial de Controle
Interno

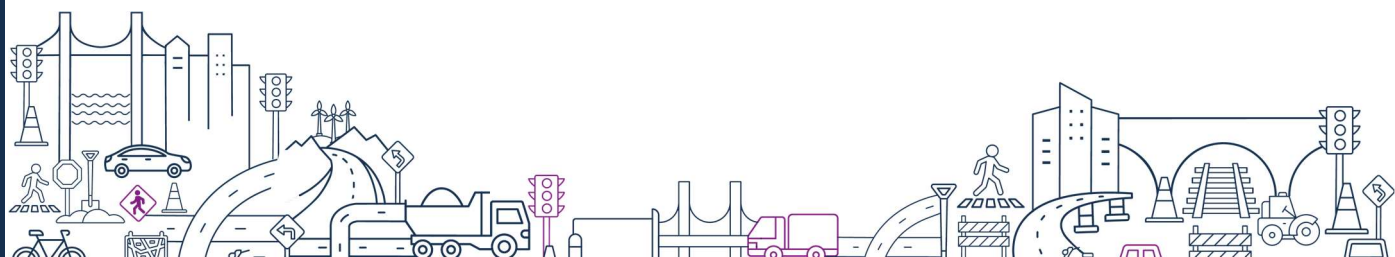
EQUIPE TÉCNICA

Aida Irís de Oliveira
Amanda Valéria de Almeida
Ane Tereza da Silva Santos
Augusto Travassos Pereira
Fernando Silva Andrade
Leonardo Dantas da Silva
Maria Leopoldina Brandão



Sumário

I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1
II - INTRODUÇÃO.....	2
III – PRINCIPAIS RESULTADOS DO PERÍODO.....	4
1 - Órgãos de controle e de defesa do Estado	4
2. Prestação de contas anual do Presidente da República e Relatório de Gestão.....	12
3. Transparência e Acesso à Informação	13
4. Gestão de Riscos e Controles Internos.....	17
5. Integridade.....	18
6. Governança.....	24
7. Normativos.....	25
IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS	28



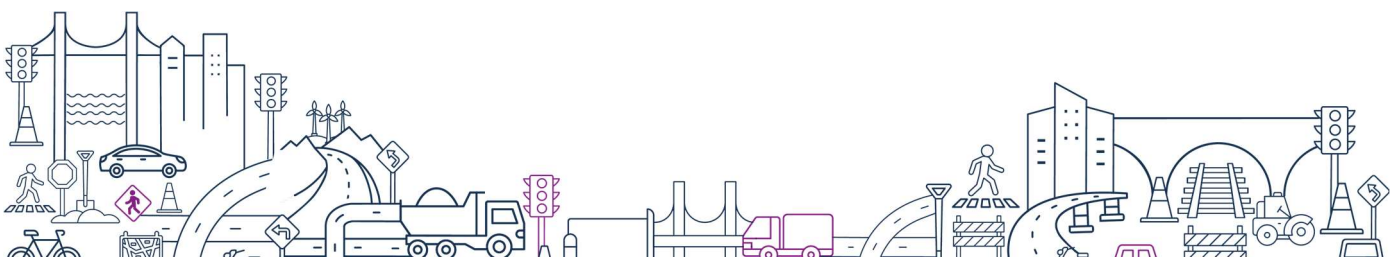
I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Relatório de Atividades 2024 da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) apresenta um panorama detalhado das ações realizadas ao longo do ano, com ênfase na promoção da integridade, da transparência e da eficiência na gestão pública. O documento reafirma o compromisso do Ministério dos Transportes em adotar elevados padrões de governança, consolidando-se como referência em práticas éticas e na entrega de valor público.

Em 2024, a AECI exerceu papel estratégico na coordenação de iniciativas voltadas ao fortalecimento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, promovendo uma administração pública responsável e alinhada às expectativas da sociedade e dos órgãos de controle. As ações descritas reforçam a missão institucional de assegurar a conformidade, prevenir desvios e fortalecer a confiança na administração pública.

O presente relatório evidencia também a atuação integrada das diversas unidades do Ministério, destacando a relevância do trabalho colaborativo para alcançar resultados consistentes e sustentáveis. Com iniciativas estruturantes no âmbito do Programa de Integridade, da gestão de riscos e da transparência pública, o Ministério renova seu compromisso com a construção de um ambiente organizacional pautado pela ética e responsabilidade.

Mais do que um registro das atividades realizadas, este documento constitui um instrumento de prestação de contas e um alicerce para o aprimoramento contínuo das práticas institucionais. Seu objetivo é dar visibilidade às ações desenvolvidas, reconhecer o trabalho das equipes envolvidas e evidenciar os avanços obtidos no fortalecimento da gestão pública.

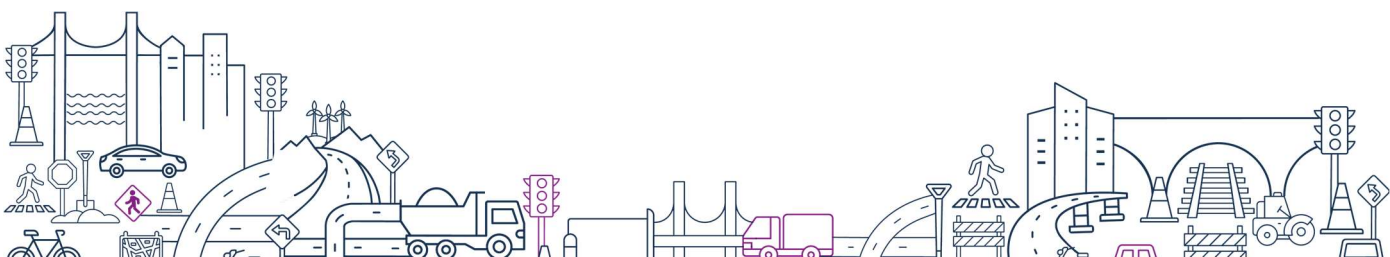


II - INTRODUÇÃO

A Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) exerce papel estratégico no Ministério dos Transportes, como unidade setorial do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (Sitai), instituído pelo Decreto nº 11.529/2023, a AECI coordena e supervisiona as atividades relacionadas à integridade, à transparência e ao acesso à informação no Ministério. Além disso, o titular da unidade é a autoridade responsável pelo monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI), assegurando sua aplicação e o cumprimento das obrigações de transparência.

Conforme o artigo 8º do Decreto nº 11.360/2023, destacam-se entre as atribuições da AECI:

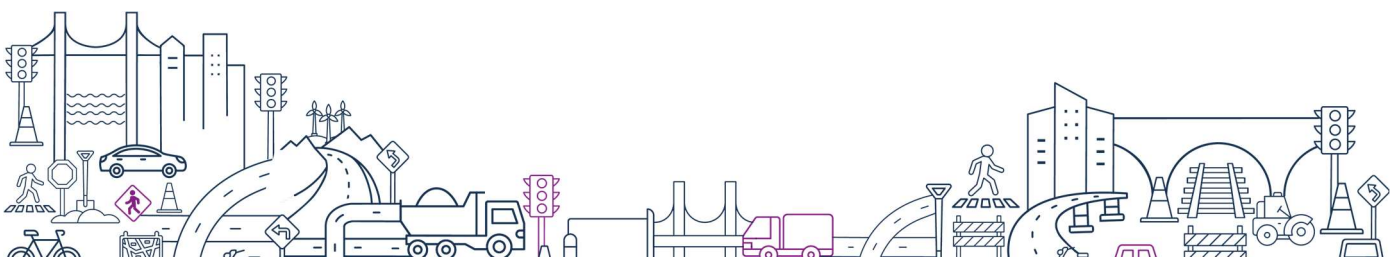
- assessoria direta ao Ministro: atuar nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão;
- orientação técnica: prestar suporte técnico ao Secretário-Executivo, gestores do Ministério e representantes do Ministro em conselhos e comitês;
- supervisão ministerial: apoiar na supervisão das entidades vinculadas, articulando-se com unidades de auditoria interna;
- acompanhamento de processos: monitorar processos de interesse do Ministério junto a órgãos de controle interno, externo e de defesa do Estado;
- capacitação e disseminação: planejar ações de capacitação e disseminação da cultura de integridade, controle e conformidade;



- atuação em fraudes e irregularidades: realizar apurações preliminares, análise de denúncias e investigação de situações envolvendo conformidade, ética pública e conflitos de interesse;
- planejamento e implementação de modelos de integridade: formular e coordenar planos e projetos para prevenção e detecção de fraudes e corrupção; e
- monitoramento de recomendações e deliberações: acompanhar o cumprimento de recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

A AECl também se destaca no fortalecimento da transparência ativa e passiva, no aprimoramento de controles internos e na promoção de capacitações para gestores e servidores sobre controle, riscos e conformidade. No atendimento às demandas dos órgãos de controle e de defesa do Estado, busca garantir o cumprimento de prazos e a adequada articulação institucional.

Com suas ações, a Assessoria contribui para uma gestão pública mais íntegra e transparente, alinhada aos princípios éticos e às boas práticas administrativas.



III – PRINCIPAIS RESULTADOS DO PERÍODO

1. Órgão de Controle e de Defesa do Estado

1.1 Tratamento de demandas de órgãos de controle e de defesa do Estado

Conforme suas atribuições previstas no art. 8º do Decreto nº 11.360/2023, a AECI coordena e monitora as interações com os órgãos de controle e de defesa do Estado, assegurando a tramitação adequada de demandas, respostas tempestivas e a conformidade com as diretrizes de controle interno.

A tabela a seguir apresenta o número de demandas recebidas desses órgãos em 2024, detalhadas por órgão demandante e por unidade do Ministério.

TABELA 1 - QUANTIDADE DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLES RECEBIDAS POR UNIDADE E RESPECTIVO PERCENTUAL

	TCU	MPF/MP	CGU	PF	OUTROS	TOTAL	PERCENTUAL
GM	30	10	8	0	6	54	14%
Secretaria-Executiva	60	10	21	0	2	93	24%
SENATRAN	11	38	24	6	3	82	21%
SNTR	38	12	9	0	1	60	16%
SNTF	21	5	5	0	5	36	9%
OUTROS	38	5	13	1	4	61	16%
TOTAL	198	80	80	7	21	386	100%

Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MT

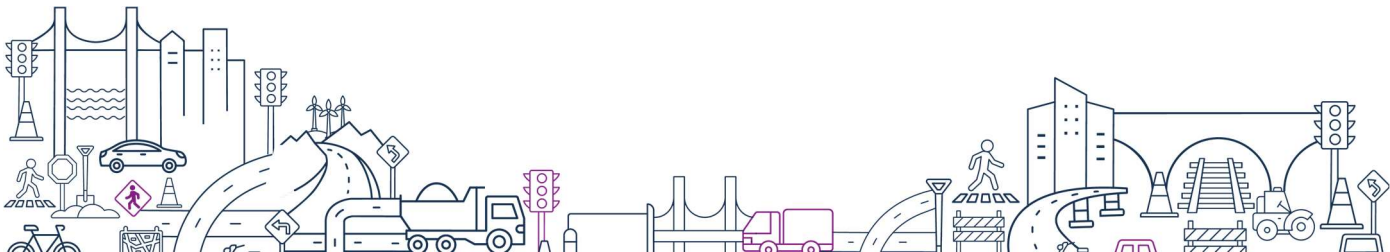
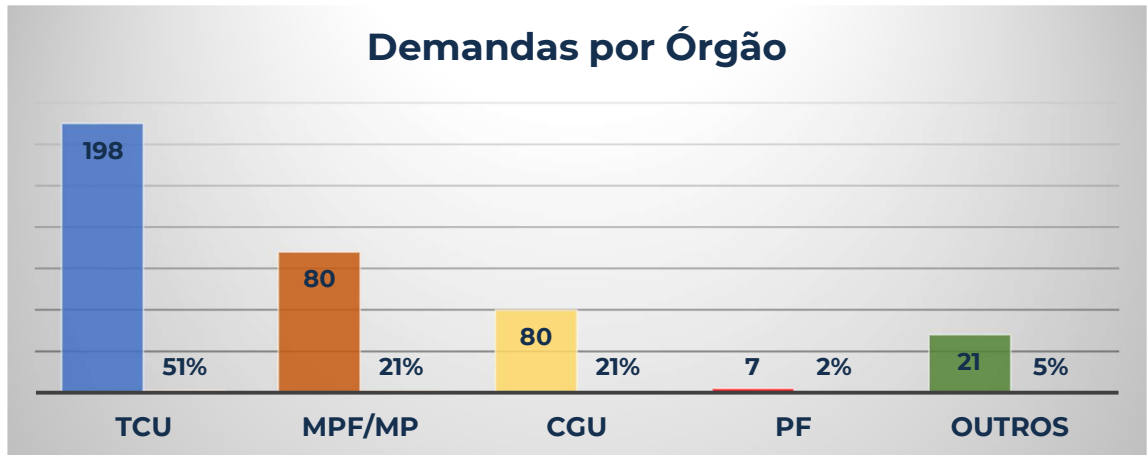


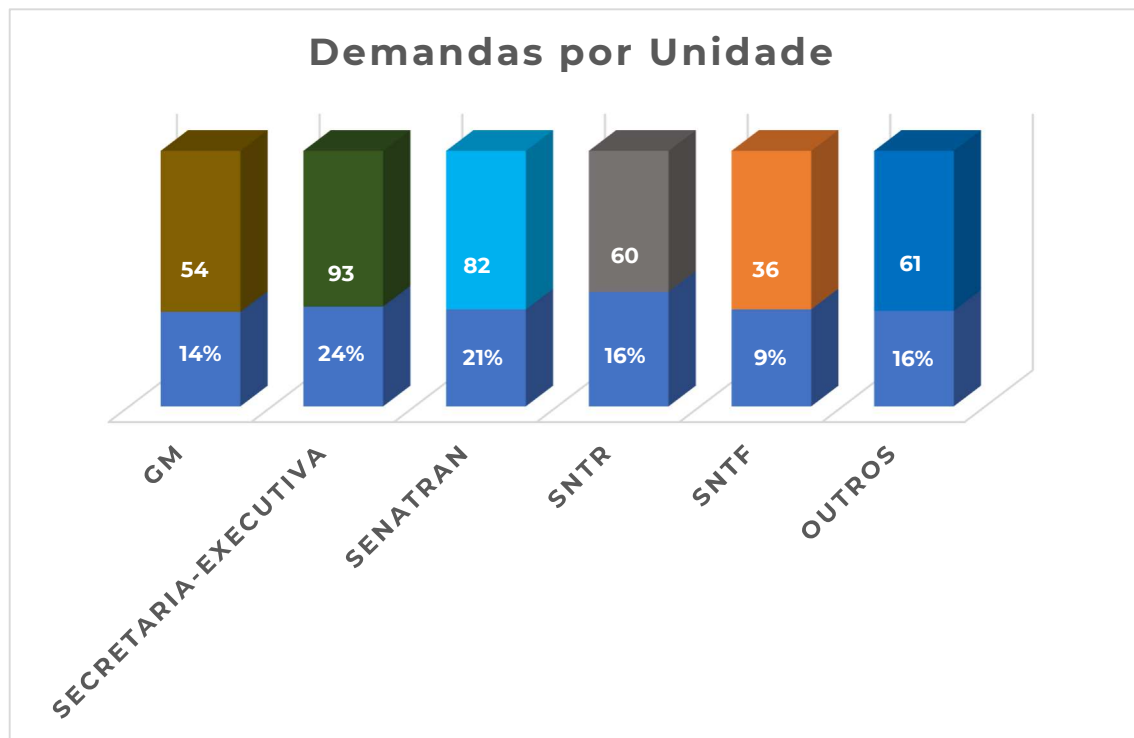
GRÁFICO 1 - QUANTIDADE DE DEMANDAS POR ÓRGÃOS DE CONTROLES RECEBIDAS E RESPECTIVO PERCENTUAL



Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MT

*Outros: Defensoria Pública, Justiça Federal, Procuradoria da União, vinculadas e outros órgãos da Administração Pública.

GRÁFICO 2 - QUANTIDADE DE DEMANDAS RECEBIDAS POR UNIDADE DEMANDADA E RESPECTIVO PERCENTUAL



Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MT

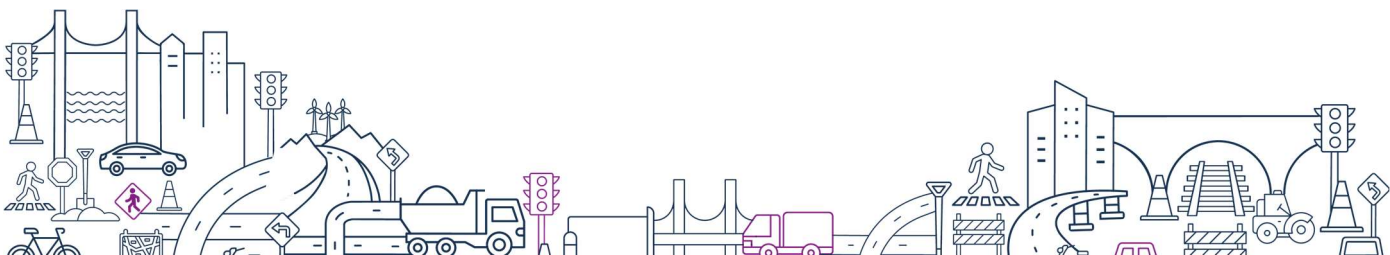


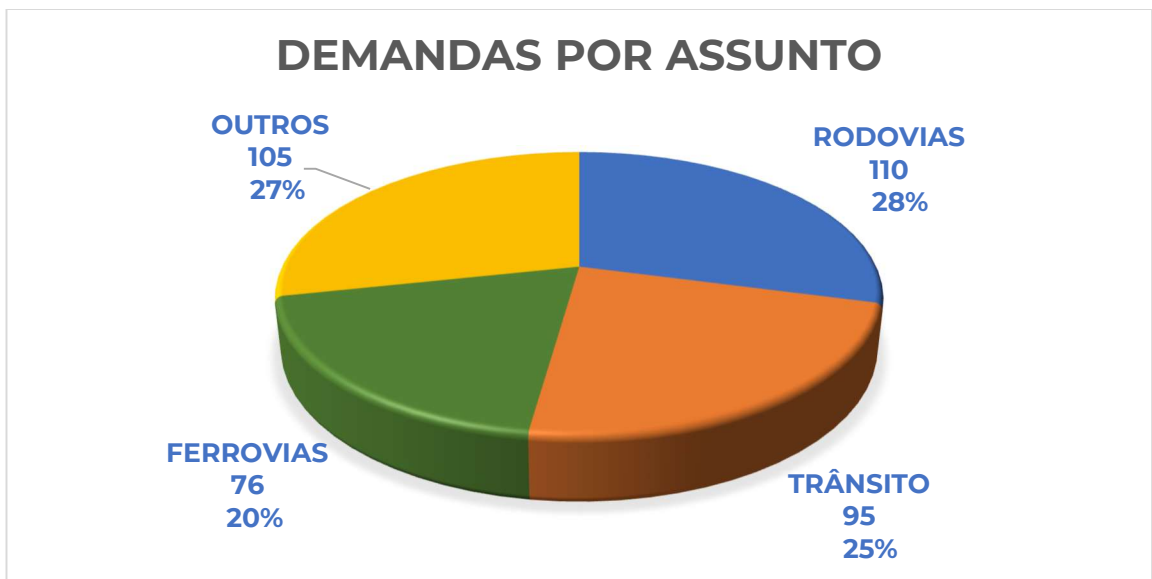
TABELA 2 - QUANTIDADE DE DEMANDAS RECEBIDAS, SEPARADAS POR ASSUNTO (GERAL) E RESPECTIVO PERCENTUAL

ASSUNTOS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
RODOVIAS	110	28%
TRÂNSITO	95	25%
FERROVIAS	76	20%
OUTROS	105	27%
TOTAL	386	100%

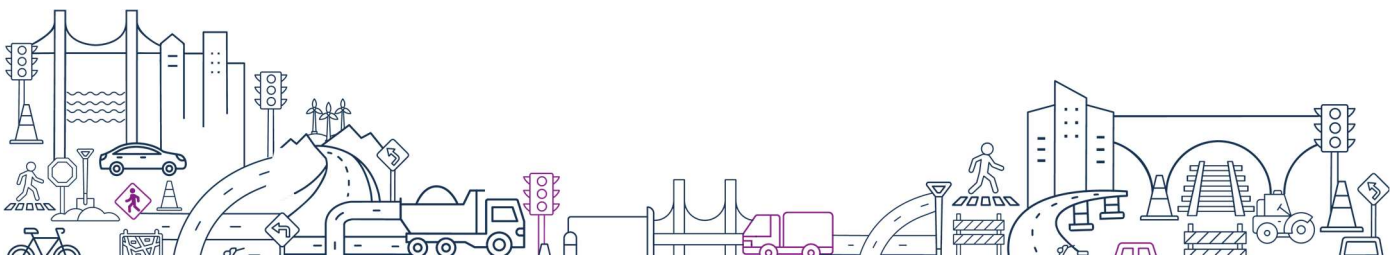
Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MT

*Outros: CADIN, Gestão de pessoas, fiscalização contínua da folha de pagamento; cumprimento de Acordão, notificação de Acordão e etc.

GRÁFICO 3 - QUANTIDADE DE DEMANDAS RECEBIDAS, SEPARADAS POR ASSUNTO (GERAL) E RESPECTIVO PERCENTUAL



Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MT



1.2 Acompanhamento e apoio às auditorias dos Órgãos de Controle

1.2.1 Auditorias CGU e TCU

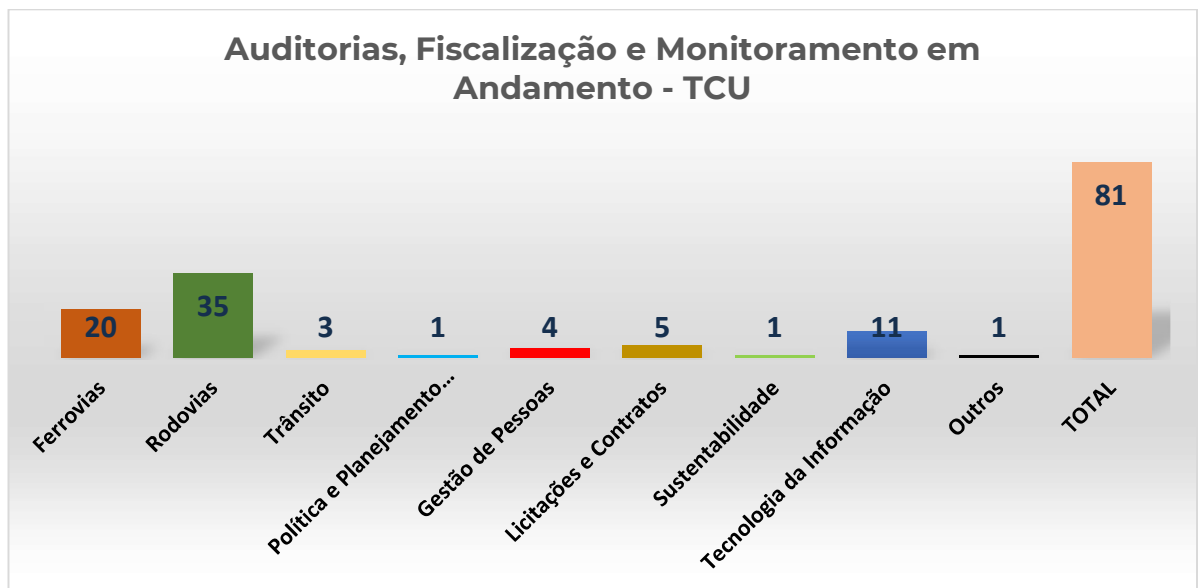
TABELA 3 – AUDITORIAS CGU

	ID AUDITORIA	ASSUNTO	TEMA
1	1618971	Avaliação da governança da SENATRAN e desenho e implementação do PNATRANS	Trânsito
2	1425558	Avaliação da Estratégia de Infraestrutura 2019-2022	Política e Planejamento de Transporte
3	1367034	Avaliação da governança do processo de Autorizações ferroviárias	Ferrovias
6	1685712	Auditoria Financeira do Ministério dos Transportes, no âmbito da Auditoria das Demonstrações Contábeis Consolidadas da União – BGU 2024	Financeira
7	1705265	Relatório Preliminar de Avaliação Preventiva de Licitação 1705265 – Análise da Licitação nº 90324/2024	Rodovias

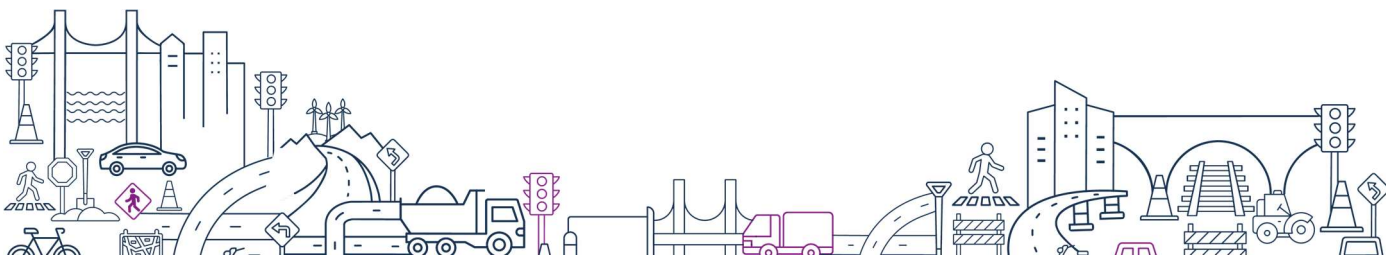
Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MT

Há atualmente 81 processos abertos no Tribunal de Contas da União tendo o Ministério dos Transportes como Unidade Jurisdicionada cadastrada, conforme gráfico a seguir:

GRÁFICO 4 - QUANTIDADE DE AUDITORIAS, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO TCU



Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MT



1.2.2 Relatórios finalizados pela CGU e TCU

No ano de 2024 foram concluídos pela CGU os seguintes trabalhos de auditoria:

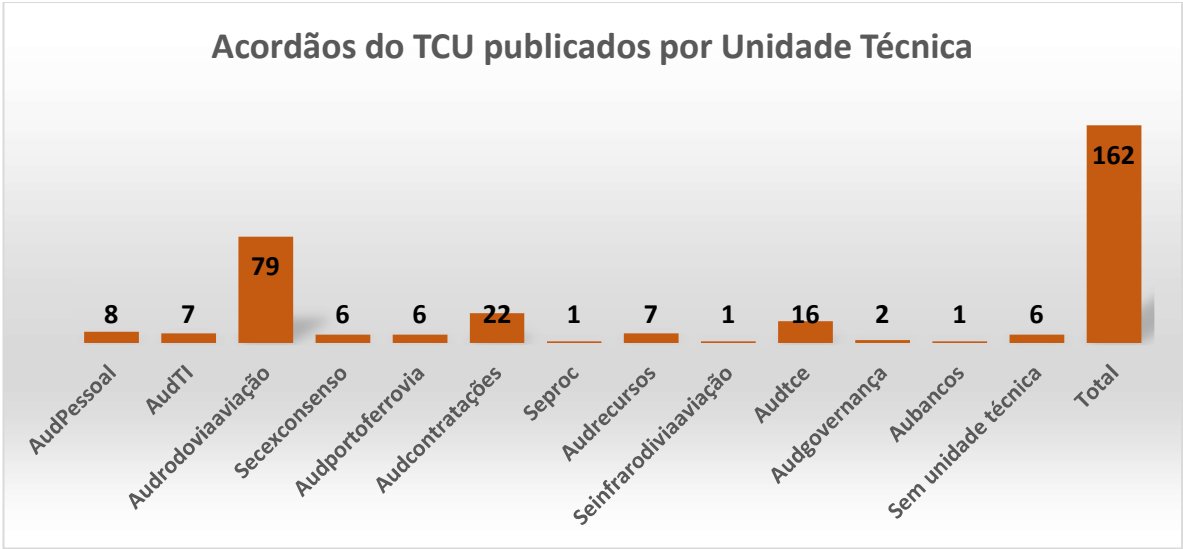
TABELA 5 – RELATÓRIOS DA CGU NO ANO DE 2024

	ASSUNTO	Nº RELATÓRIO	UNIDADE TÉCNICA ENVOLVIDA
1	Avaliação da Estratégia de Infraestrutura 2019-2022	1425558	SGETI/SE/MT e SFPLAN/SE/MT
2	Avaliação da governança do processo de Autorizações ferroviárias	1367034	SNTF/MT e SUST/SE/MT
3	Avaliação da valoração para concessão do Lote 6 das Rodovias Integradas do Paraná	1338372	SNTR/MT
4	Avaliação das integrações dos serviços públicos digitais do MT à Conta GOV.BR	1580983	TI
5	Avaliação da valoração para concessão do Lote 6 das Rodovias Integradas do Paraná	1338372	RODOVIAS

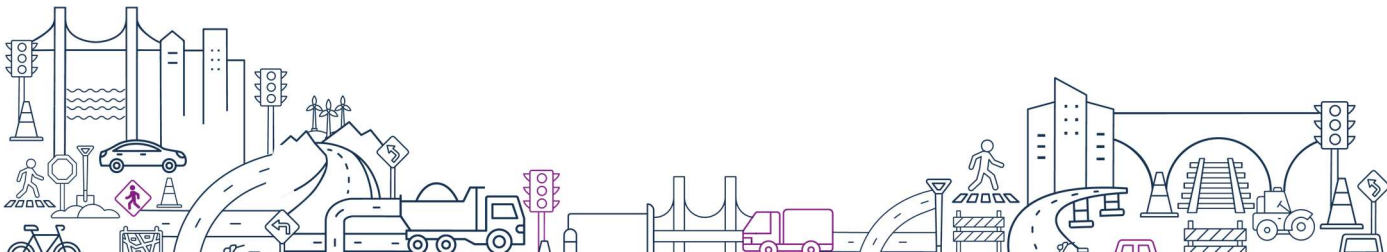
Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MT

Em 2024 foram publicados 162 acórdãos pelo TCU, tendo o Ministério dos Transportes como Unidade Jurisdicionada cadastrada, conforme gráfico seguir:

GRÁFICO 5 - QUANTIDADE DE ACÓRDÃOS DO TCU PUBLICADOS POR UNIDADE TÉCNICA

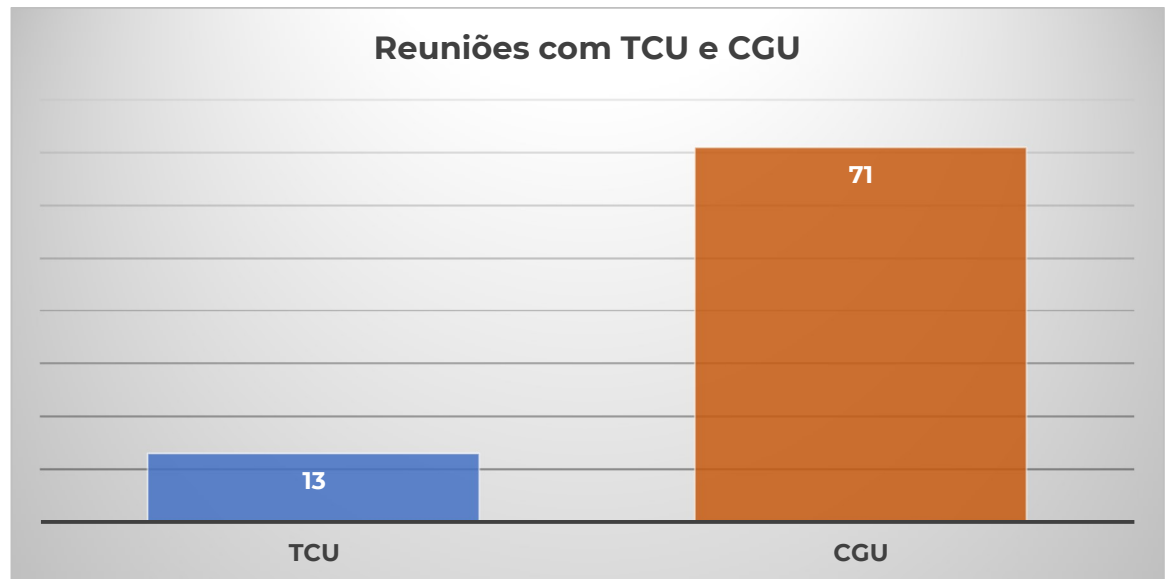


Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MT



1.3 Auxílio à interlocução entre os órgãos de controle e de defesa do Estado e os gestores do Ministério

GRÁFICO 6 – REUNIÕES REALIZADAS COM TCU E CGU



Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MT

1.4 Acompanhamento e reporte sobre processos de interesse do Ministério junto aos órgãos de controle e de defesa do Estado

De modo a propor informações gerenciais sobre o tema a AECI estabeleceu os seguintes instrumentos de reporte:

1.4.1 Informe Semanal

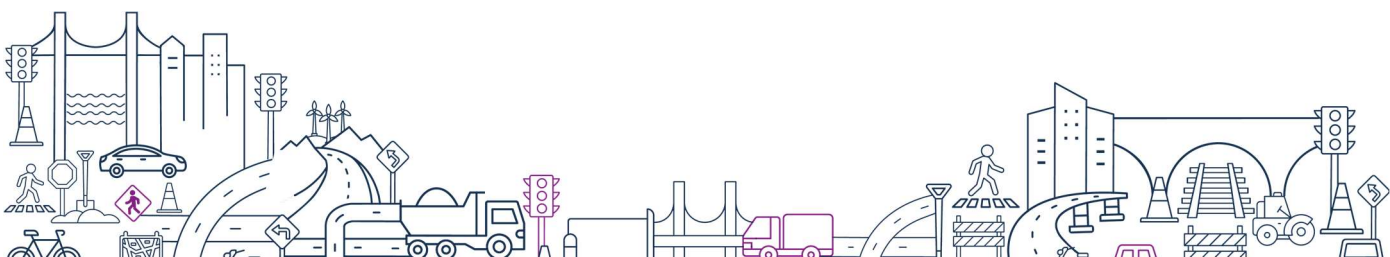
- pautas das Sessões Colegiadas do Tribunal de Contas da União;
- prazos de demandas a vencer na semana; e
- processos do TCU e CGU, em aberto.

1.4.2 Informativo TCU

- deliberações das Sessões Colegiadas do Tribunal de Contas da União.

1.4.3 Monitoramento de Processos em aberto no TCU

Registra-se mensalmente, no processo SEI 50000.018075/2024-09, planilha excel, contendo informações sobre os processos em aberto no TCU, com atribuição ao MT. O documento consolida informações sobre comunicações e deliberações expedidas ao Ministério.



1.4.4 Briefings

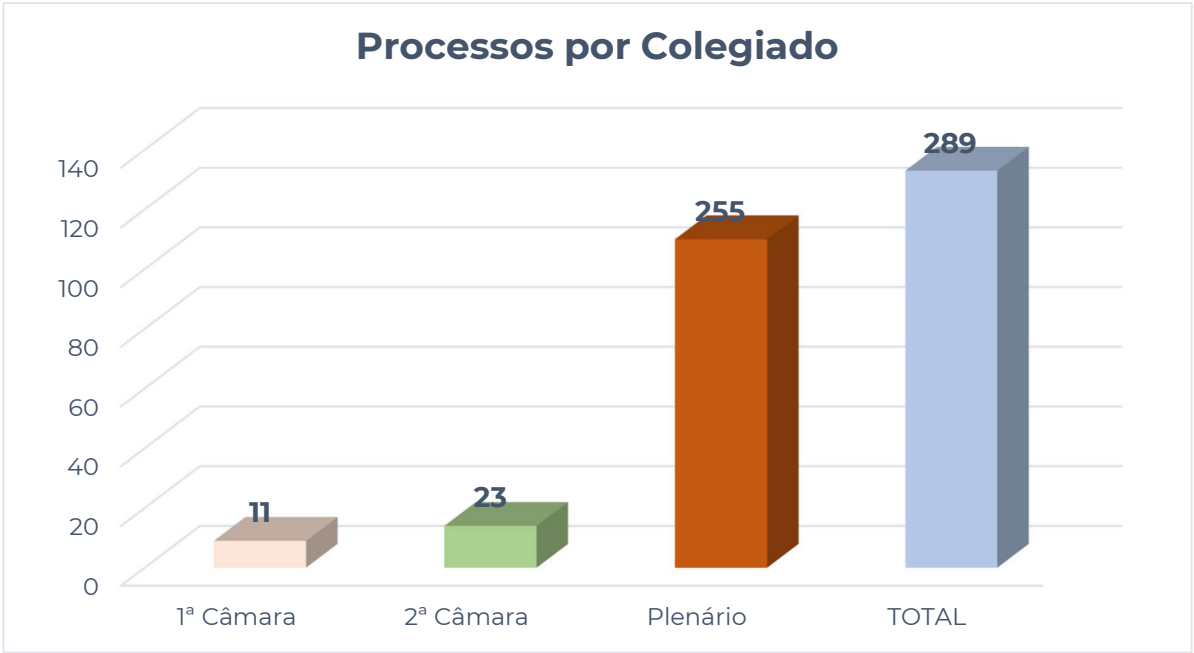
- destaques sobre processos específicos, de interesse estratégico ao Ministério dos Transportes, elaborados sob demanda.

1.5 Acompanhamentos das pautas de julgamento - TCU

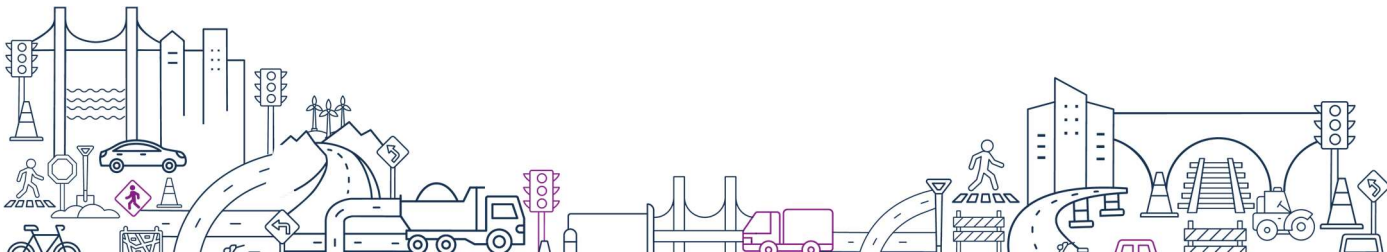
A AECI acompanha, semanalmente, a definição das pautas sessões colegiadas do TCU e o julgamento dos processos considerados relevantes ao Ministério.

No ano de 2024 foram acompanhados 133 processos de interesse da Pasta, incluídos na pauta do TCU, conforme gráfico a seguir:

GRÁFICO 7 - QUANTIDADE DE PROCESSOS POR COLEGIADO EM PAUTA DE JULGAMENTO DO TCU



Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MT



1.6 Processos de Tomada de Contas Especial

Tramitaram pela AECI 03 processos para manifestação do Ministério por meio do Pronunciamento Ministerial e envio ao Tribunal de Contas da União, os quais estão detalhados na tabela a seguir:

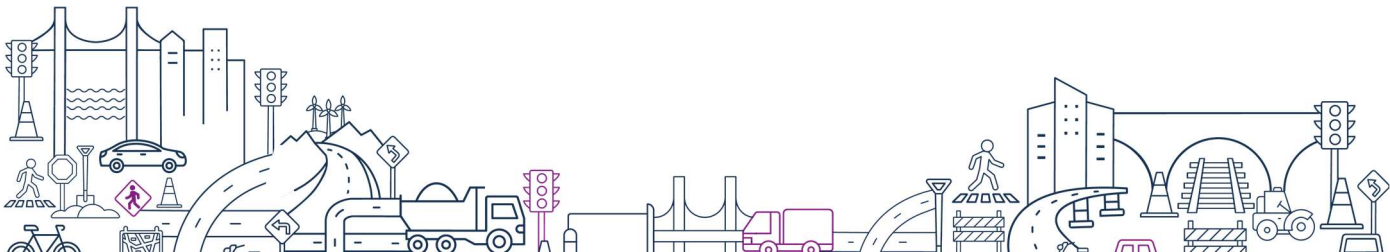
TABELA 6 - PROCESSOS DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL COM RESPECTIVO DETALHAMENTO

	SEI Nº	ÓRGÃO INSTAURADOR	OBJETO
1	50000.008774/2024-32	DNIT/MT	Não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União - Outros motivos - por meio do Convênio 589939.
2	50000.012720/2024-71	DNIT/MT	Não comprovação de regular aplicação dos recursos repassados pela União – Não consecução dos objetivos pactuados por meio do Termo de compromisso 668430.
3	50000.33.986/2024-58	DNIT/MT	Inexecução parcial do contrato que tinha como objeto a prestação de serviço de ação administrativo para atuar nas dependências da Administração hidroviária do São Francisco – AHSFRA/DNIT.

Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MT

1.7 Outras ações

Edição da Portaria nº 859 de 10 de setembro de 2024, que disciplina o tratamento e o atendimento das demandas encaminhadas ao Ministério dos Transportes pelos órgãos de controle e de defesa do Estado.



2. Prestação de contas anual do Presidente da República e Relatório de Gestão

A Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) desempenha papel essencial na elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR), conforme previsto na Constituição Federal e regulamentado por normas como o Decreto nº 3.591/2000, a Portaria nº 3.266/2018 e a Instrução Normativa nº 42/2024.

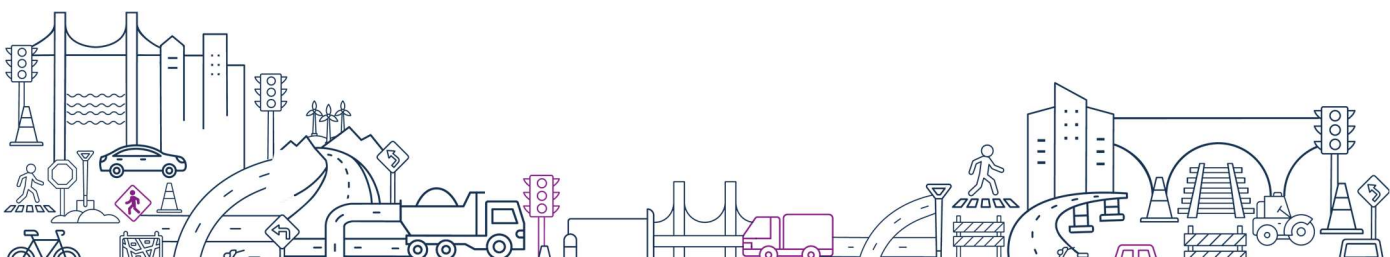
A PCPR consolida informações estratégicas sobre a gestão federal e é apresentada ao Congresso Nacional como instrumento de transparência e controle, permitindo a avaliação da conformidade e do desempenho governamental.

Em 2024, a PCPR de 2023, conduzida no processo nº 50000.038367/2023-79, a AECI foi responsável pela supervisão e monitoramento das informações, além de assegurar a conformidade com normas e prazos.

A Assessoria também gerencia o acesso e o uso das plataformas Sistema Governa e Sistema e-CGU, garantindo a precisão e integridade dos dados enviados.

No âmbito do Relatório de Gestão, a AECI, conforme o art. 8º do Decreto nº 11.360/2023, coordena práticas de controle interno, gestão de riscos e governança no Ministério dos Transportes.

Em 2023, a Assessoria elaborou os capítulos sobre a estrutura de governança (Capítulo 1) e a gestão de riscos e controles internos (Capítulo 2), conforme registrado no processo nº 50000.029465/2023-15. Esses capítulos detalham iniciativas estratégicas, ações implementadas e perspectivas futuras.



3. Transparência e Acesso à Informação

A transparência pública, regulamentada pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e pelo Decreto nº 11.529/2023, é fundamental para promover *accountability* e fortalecer o controle social. Essa transparência organiza-se em três dimensões principais:

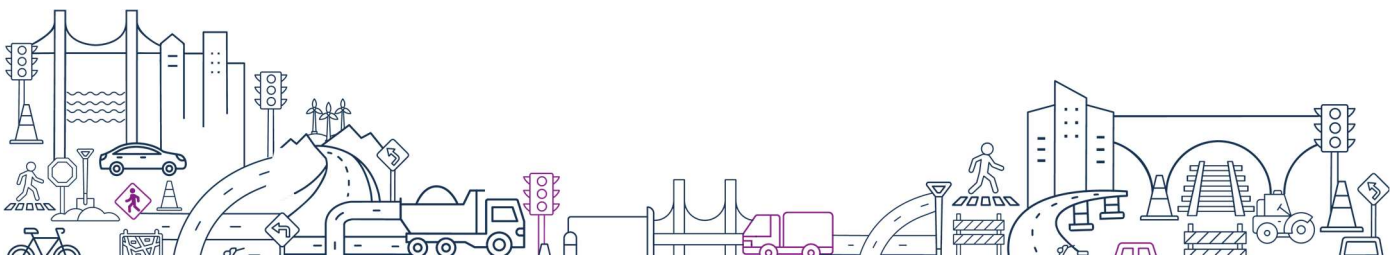
- **Transparência Ativa:** Divulgação espontânea de informações públicas de forma clara, acessível e regularmente atualizada.
- **Transparência Passiva:** Resposta às solicitações de informações realizadas por cidadãos.
- **Abertura de Dados:** Disponibilização de bases de dados públicas em formatos estruturados e reutilizáveis, conforme previsto no Decreto nº 8.777/2016.

A AECI é responsável por supervisionar essas práticas no âmbito do Ministério dos Transportes. Entre suas atribuições estão o monitoramento do cumprimento da LAI, a execução do Plano de Dados Abertos e a articulação com outras unidades para garantir que as informações divulgadas sejam acessíveis, confiáveis e estejam em conformidade com a legislação.

O descumprimento da LAI e do Decreto nº 8.777/2016 pode resultar em sanções administrativas e civis, reforçando a necessidade de ética e conformidade na gestão pública.

3.1 Transparência Ativa

A AECI supervisiona o cumprimento das obrigações legais de transparência ativa no âmbito do Ministério dos Transportes (MT), em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e normativos como o Decreto nº 7.724/2012, o Decreto nº 11.529/2023 e a Portaria MT nº 58/2024.



O trabalho visa garantir que as informações divulgadas pelo MT atendam aos princípios de acessibilidade, clareza e atualização, promovendo o acesso público e fortalecendo a transparência. Para isso, o monitoramento segue a metodologia do Guia de Transparência Ativa (GTA), da Controladoria-Geral da União (CGU), que estabelece diretrizes normativas sobre o tema.

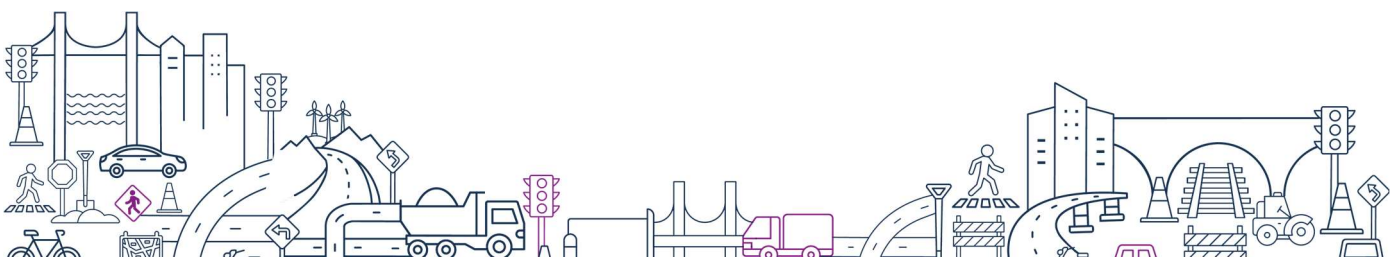
Em 2024, a AECI intensificou o acompanhamento do Portal Institucional do MT por meio do processo nº 50000.027613/2023-67, propondo ações para aprimorar a conformidade. Entre as iniciativas, destaca-se a criação de uma Matriz de Avaliação composta por 69 critérios, destinada a examinar a estrutura e a conformidade do portal com as normas vigentes. As análises abrangeram aspectos como organização, clareza da linguagem e atualização das informações publicadas.

Como resultado dos esforços conjuntos da AECI e das unidades vinculadas do Ministério, o MT alcançou, pela primeira vez, 100% de conformidade com os requisitos de transparência ativa da Controladoria-Geral da União. Esse marco histórico demonstra o compromisso da gestão com a clareza, a acessibilidade e a eficiência na prestação de informações públicas, consolidando o órgão como referência em boas práticas de transparência no Poder Executivo federal.

3.2 Transparência Passiva

A AECI, por meio do processo nº 50000.009897/2024-91, adota medidas para fortalecer a transparência passiva no âmbito do Ministério dos Transportes (MT).

Entre as principais ações estão o monitoramento dos tempos médios de resposta, com a finalidade de assegurar o cumprimento dos prazos



previstos pela legislação, a coleta de *feedbacks* dos usuários para identificar oportunidades de melhoria no atendimento e o aprimoramento de processos internos, garantindo respostas mais claras, completas e acessíveis.

Essas iniciativas seguem as diretrizes da Lei de Acesso à Informação (LAI) e do Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta o atendimento às solicitações de informações realizadas por cidadãos.

No MT, a Portaria nº 58/2024 orienta o aprimoramento da transparência passiva, com ênfase na redução dos tempos de resposta, no aumento da satisfação dos usuários e na qualidade das respostas iniciais, promovendo eficiência e clareza na prestação de informações públicas.

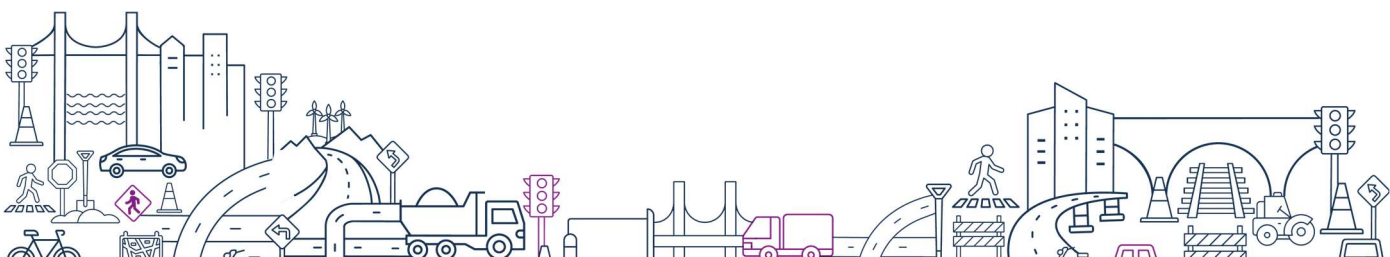
3.3 Abertura de Dados

Por meio do processo 50000.002243/2024-36, a AECI realiza o acompanhamento da execução do Plano de Dados Abertos (PDA) 2024-2026 do Ministério dos Transportes (MT), em conformidade com o Decreto nº 8.777/2016 e a Portaria MT nº 58/2024. O PDA prevê a abertura de 45 conjuntos de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos (PBDA), gerido pela Controladoria-Geral da União (CGU).

O monitoramento concentra-se na pontualidade da disponibilização dos dados, na adequação das nomenclaturas e na compatibilidade entre os conjuntos previstos no PDA e aqueles catalogados no PBDA.

3.4 e-Agendas

No âmbito das ações de transparência pública, a AECI implementou iniciativas relevantes para aprimorar a gestão das agendas dos Agentes Públicos Obrigados (APOs).



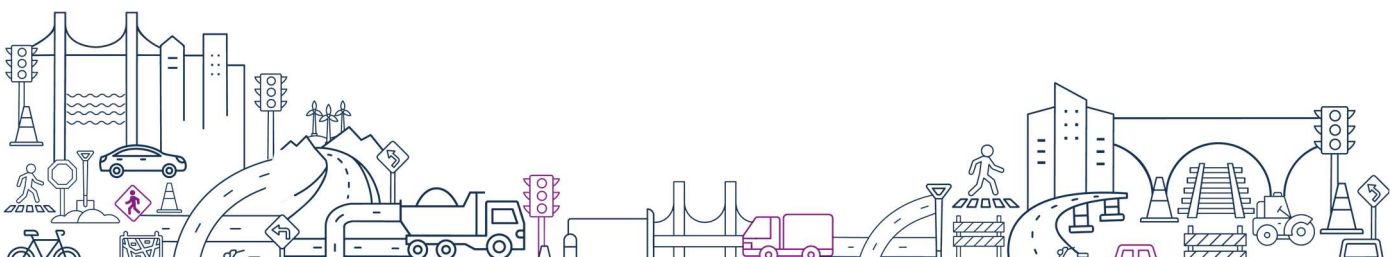
Entre essas medidas, destaca-se o Informe e-Agendas (processo nº 50000.015936/2024-99), produzido pela AECI com o objetivo de supervisionar e monitorar o uso correto do sistema. Esse informativo mensal avalia a utilização do e-Agendas pelos APOs, identificando áreas que necessitam de melhorias e promovendo maior eficiência no cumprimento das obrigações legais.

Conforme o Manual e-Agendas 2023 da Controladoria-Geral da União (CGU), a transparência das agendas, estabelecida pela Lei de Conflito de Interesses (Lei nº 12.813/2013) e pelo Decreto nº 10.889/2021, fortalece as ações de integridade no âmbito do Poder Executivo Federal. Essa transparência proporciona maior visibilidade às interações entre agentes públicos e representantes de interesses privados, contribuindo para a confiança da sociedade e para a integridade na gestão pública.

Com o objetivo de ampliar a conscientização e incentivar a correta utilização do sistema, a AECI promoveu campanhas internas voltadas à sensibilização dos APOs sobre a importância de registrar e divulgar suas agendas de forma transparente. Essas campanhas incluíram:

- Distribuição de e-mails por meio da comunicação interna.
- Cartazes em locais estratégicos, como elevadores e áreas de grande circulação.
- Planos de fundo de tela nos computadores dos servidores.

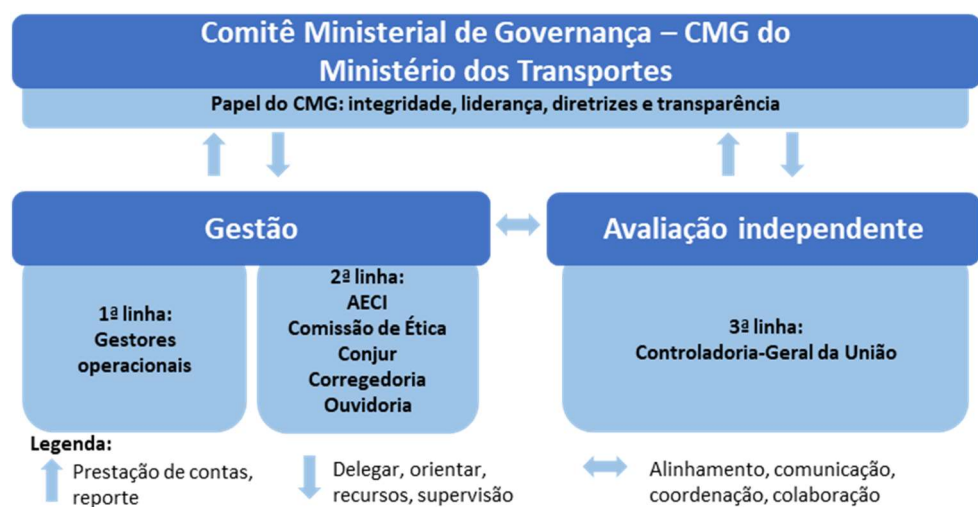
Além disso, os materiais disponibilizaram QR codes que direcionam o público ao Manual e-Agendas 2023 da CGU, facilitando o acesso às orientações sobre a utilização adequada do sistema.



4. Gestão de Riscos e Controles Internos

O Ministério dos Transportes adota ações estruturantes para fortalecer a gestão de riscos, promovendo governança, integridade e transparência na Administração Pública.

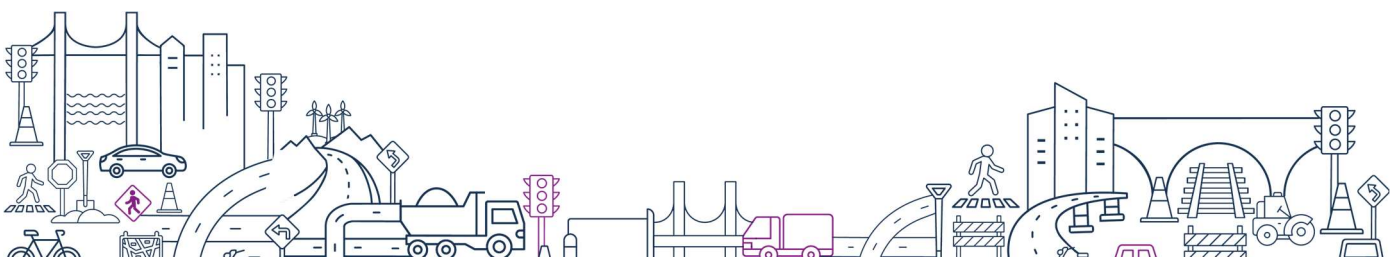
Com base na abordagem das Três Linhas, o Ministério organiza a gestão em três níveis: operação (1ª linha), supervisão (2ª linha, liderada pela AECI) e auditoria independente (3ª linha).

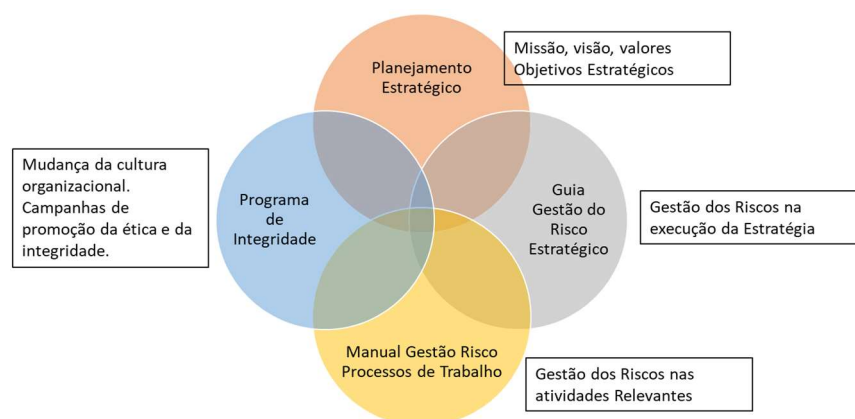


Fonte: elaboração própria, baseado no Modelo de Três Linhas do IIA 2020.

Em 2024, o Comitê de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (CRTCI) aprovou diretrizes para a gestão de riscos, com foco em:

- Riscos Estratégicos: Guiados pelo Guia de Gestão de Riscos Estratégicos.
- Riscos em Processos de Trabalho: Documentados no sistema Ágatha.
- Riscos à Integridade: Alinhados ao Plano de Integridade.
- Monitoramento: Realizado via painéis no Power BI.





Essas iniciativas fortalecem a eficiência e a segurança organizacional, contribuindo para políticas públicas mais eficazes e benefícios à sociedade.

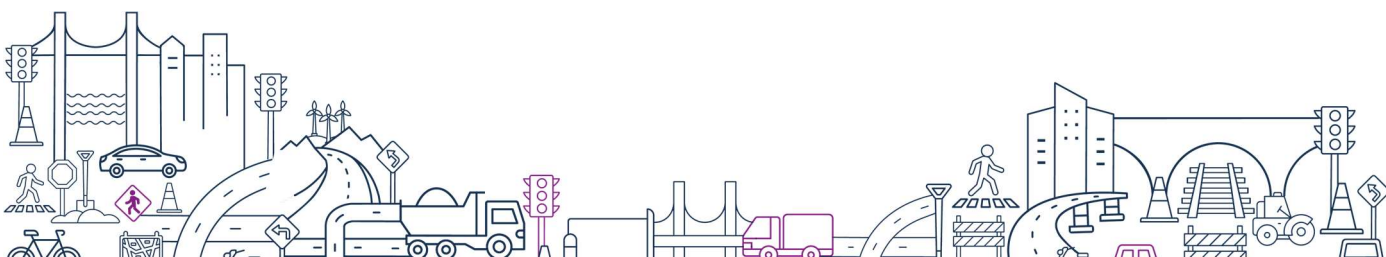
Além disso, foram selecionados três processos considerados relevantes para o Ministério, cujo mapeamento foi iniciado. Em seguida, será realizada a identificação dos riscos associados a esses processos, como parte do trabalho em andamento para a implementação integral da metodologia.

Essas iniciativas fortalecem a eficiência e a segurança organizacional, contribuindo para políticas públicas mais eficazes e benefícios à sociedade.

5. Integridade

O Ministério dos Transportes, por meio da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), implementa ações estratégicas para fortalecer a integridade, a transparência e a conformidade na gestão pública.

Essas iniciativas, organizadas no âmbito do Programa de Integridade do Ministério dos Transportes (Portaria MT nº 1.167/2023), resultaram na elaboração de um Plano de Integridade (Portaria MT nº 525/2024) que



define prioridades, responsabilidades e medidas concretas para aprimorar a governança e a ética institucional.

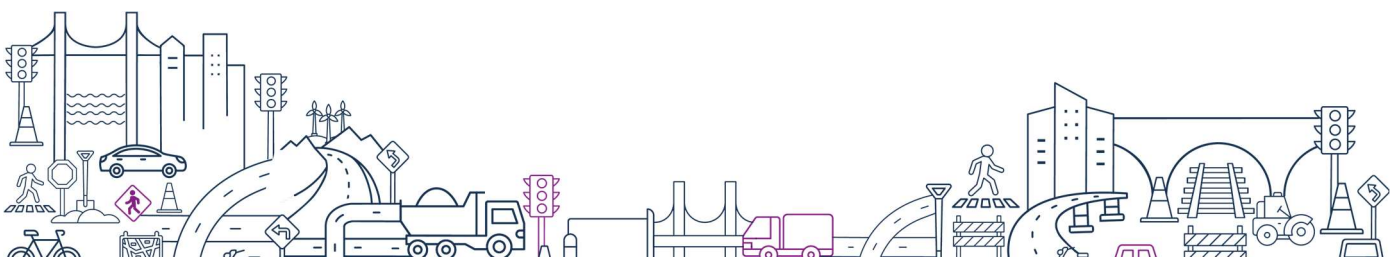
Em sua segunda versão, o Plano foi revisado para se adequar ao Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP) da Controladoria-Geral da União (CGU), destacando-se pela adoção de práticas robustas de governança e integridade.

Adicionalmente, foi criada uma identidade visual específica para as ações de integridade do Ministério, facilitando a identificação da origem das informações divulgadas e fortalecendo a transparência e a conscientização entre os servidores.



Entre as iniciativas de divulgação, destaca-se a ampla distribuição da cartilha de integridade, disponibilizada a todos os servidores por meio de QR codes fixados em murais e elevadores do Ministério dos Transportes. Essa ação buscou ampliar o acesso às informações e reforçar a conscientização sobre a importância da ética e da integridade no ambiente institucional.

Como parte do Plano de Integridade e em alinhamento ao MMIP da CGU, a AECI conduziu uma pesquisa para aferir a maturidade em integridade no Ministério dos Transportes. Essa iniciativa teve o objetivo de avaliar o nível de integridade dentro do órgão e coletar dados essenciais para fortalecer a gestão de integridade. A ação está inserida nas estratégias de aprimoramento da governança e transparência do Ministério, contribuindo para uma gestão pública cada vez mais ética e eficiente.



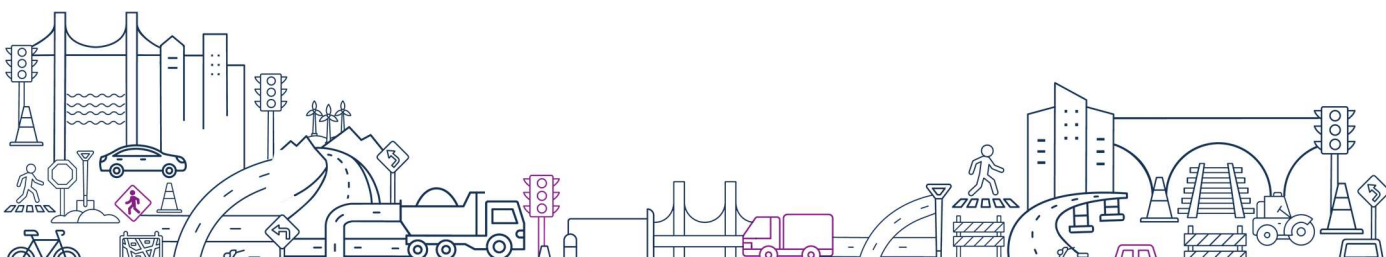
5.1 Outras ações relacionadas à temática Integridade

5.1.1 Criação da Rede de Integridade e Transparência dos Transportes (Portaria MT nº 1.168/2023).

A Rede fomenta a colaboração entre o Ministério e suas entidades vinculadas por meio de quatro câmaras temáticas:

- Ética e Análise de Riscos à Integridade;
- Transparência, Acesso à Informação, Participação Social e Diversidade;
- Conformidade, Controle e Auditoria;
- Correição.

A AEI, responsável pela coordenação da Rede e das Câmaras de Ética e Análise de Riscos à Integridade e de Conformidade, Controle e Auditoria, estruturou a elaboração do regimento interno da Rede e administra suas reuniões e pautas, promovendo o intercâmbio de boas práticas e a otimização de recursos por meio de ações integradas.



5.1.2 Workshop Integridade em Foco.

Em 2024, o Ministério realizou o Workshop Integridade em Foco, reunindo representantes dos setores público e privado para debater temas relacionados à transparência, ética e integridade nas relações institucionais. O evento reforçou a importância da colaboração intersetorial e consolidou o compromisso do Ministério com a integridade como um dos pilares da gestão pública.

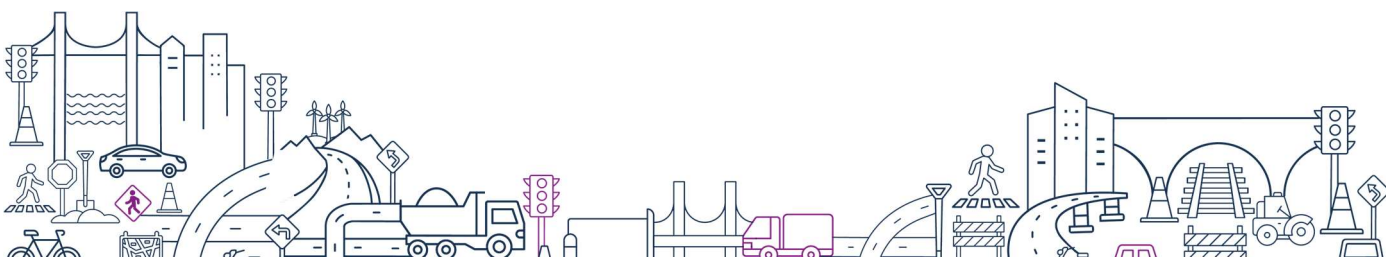


5.1.3 Acordo de Cooperação Técnica CGU/MT nº 6/2024.

Firmado com a CGU, o ACT promoveu o compartilhamento de informações e boas práticas para prevenir a corrupção, fortalecer a integridade nos contratos administrativos e incentivar a adesão ao Programa Empresa Pró-Ética e ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial.

5.1.4 Assessoramento na Prevenção ao Nepotismo e Conflitos de Interesse.

A AECl contribuiu para o fortalecimento da ética na Administração Pública por meio da Portaria MT nº 851/2024, que estabelece medidas para prevenir o nepotismo e tratar situações de conflito de interesses.



Complementando essas ações, a Portaria nº 1.009/2024 regulamentou o tratamento de conflitos de interesses e o exercício de atividades privadas por servidores, em conformidade com as normas éticas e legais.

5.1.5 Instituição da Comissão de Ética (Portaria MT nº 1.169/2023).

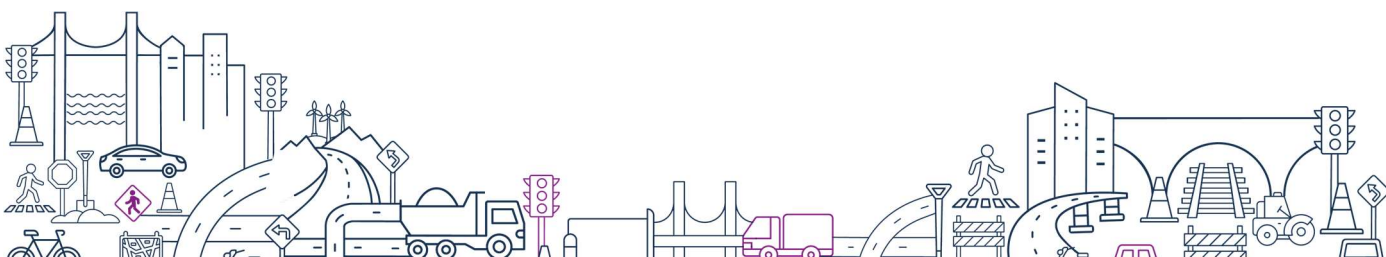
A Comissão orienta dirigentes e servidores sobre o Código de Ética do Serviço Público e atua como instância consultiva de apoio à alta administração.

5.1.6 Gestão e Monitoramento do Plano de Integridade.

O Plano foi estruturado em alinhamento ao MMIP e conta com uma plataforma em SharePoint integrada ao Power BI, que permite o monitoramento das ações e garante a transparência no registro de dados.

5.1.7 Campanhas de Conscientização.

Foram realizadas campanhas internas sobre temas como assédio moral, assédio sexual, discriminação, diversidade e consciência negra. Essas iniciativas incluíram cartilhas, e-mails e materiais visuais, com QR codes que direcionam ao Manual e conteúdos complementares.



5.1.8 Apoio Institucional ao Pacto Brasil pela Integridade.

O Ministério foi a primeira pasta ministerial a formalizar adesão como apoiador institucional do Pacto Brasil pela Integridade, iniciativa liderada pela CGU para promover a ética e a integridade no setor privado.

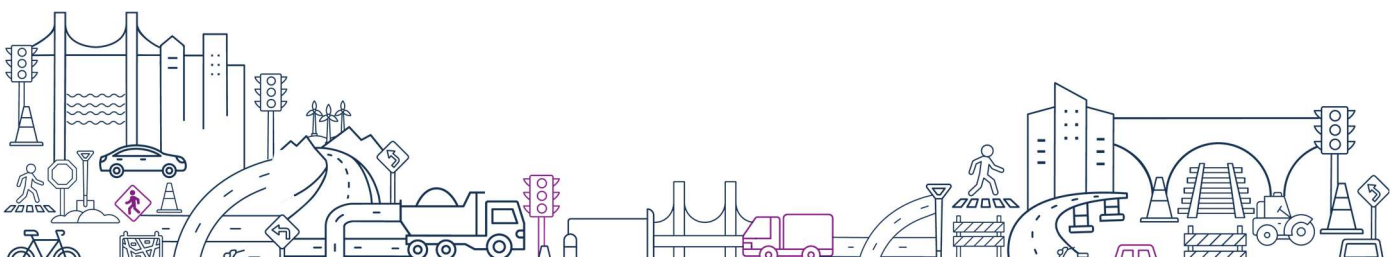


5.1.9 Prevenção ao Nepotismo (Portaria MT nº 851/2024).

Estabelece procedimentos e rotinas para prevenir o nepotismo e responsabilizar por suas ocorrências, reforçando a confiança e a credibilidade institucional.

5.1.10 Tratamento de Conflitos de Interesse (Portaria MT n° 1009/2024).

Regulamenta o tratamento de situações de conflito de interesses e define procedimentos para consultas e autorizações para atividades privadas, protegendo a imparcialidade nas decisões administrativas.

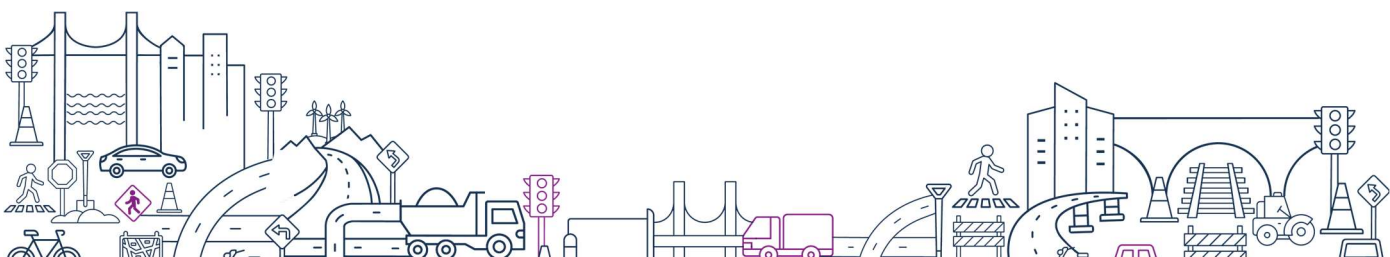


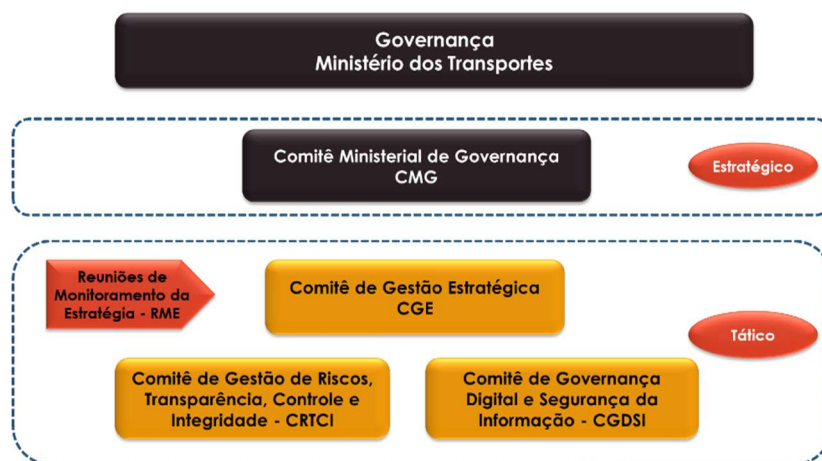
6. Governança

A AECl, no cumprimento de sua atribuição de assessoramento ao Ministro de Estado dos Transportes, coordenou a elaboração da Política de Governança do Ministério, instituída pela Portaria MT nº 1.166, de 5 de dezembro de 2023. Essa portaria definiu um modelo estruturado de avaliação, direcionamento e monitoramento das políticas públicas, reforçando os princípios de integridade, transparência e eficiência na gestão.

A Política de Governança estabeleceu as seguintes instâncias:

- Comitê Ministerial de Governança (CMG): Instância superior responsável por definir estratégias institucionais e diretrizes transversais de governança e gestão.
- Comitê de Gestão Estratégica (CGE): Dedicado ao planejamento e ao monitoramento estratégico, garantindo alinhamento às prioridades institucionais.
- Comitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (CRTCI): Focado no aprimoramento da gestão de riscos, controle, transparência e integridade.
- Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação (CGDSI): Responsável pela governança digital e pela segurança da informação.



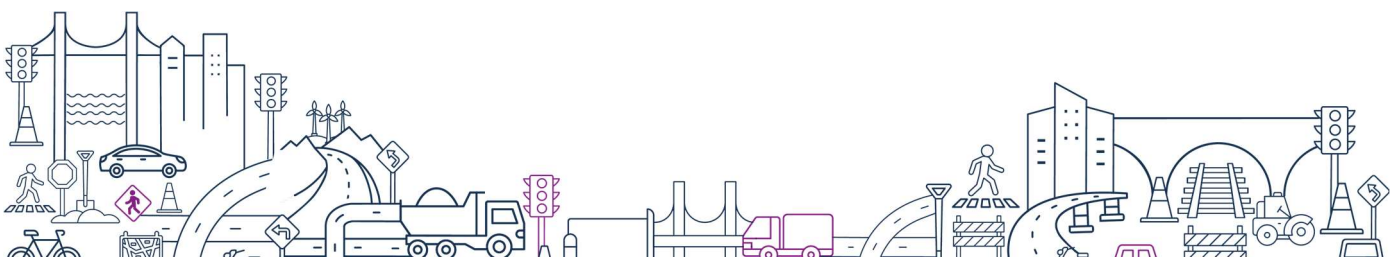


A AECI teve papel essencial na formulação e coordenação do Regimento Interno do CRTCI, bem como na organização de reuniões, definição de pautas e elaboração do calendário anual. Essas iniciativas asseguram o alinhamento às diretrizes da política de governança e possibilitam decisões estratégicas e organizadas.

Com a implementação dessa política, o Ministério dos Transportes consolidou sua governança institucional, promovendo práticas sustentáveis e resultados alinhados às expectativas da sociedade. A gestão integrada dessas instâncias reafirma o compromisso do Ministério com a excelência na condução de políticas públicas e na entrega de valor à população.

7. Normativos

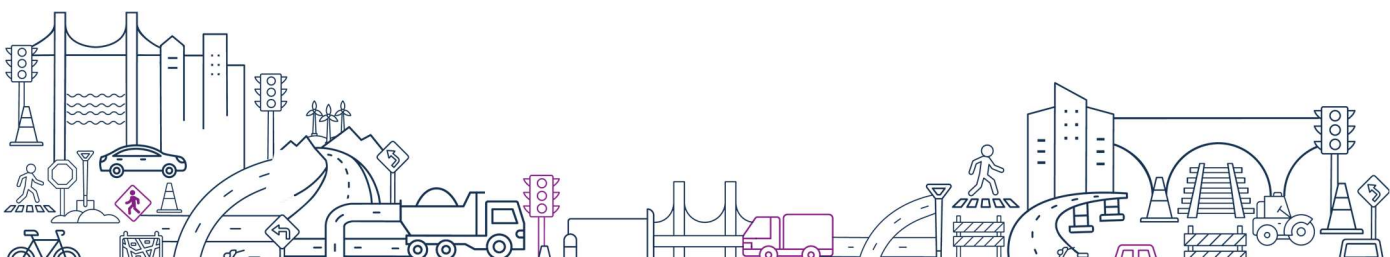
A AECI, conforme as atribuições previstas no artigo 8º do Decreto nº 11.360/2023, desempenhou papel fundamental no assessoramento técnico e estratégico para a elaboração de portarias destinadas a fortalecer a governança, a integridade e a transparência no Ministério dos Transportes. Essas normativas consolidam práticas institucionais,



reafirmam o compromisso com uma gestão pública ética e eficiente e garantem a conformidade com as exigências legais e regulatórias.

Entre as principais portarias elaboradas com o apoio da AECl, destacam-se:

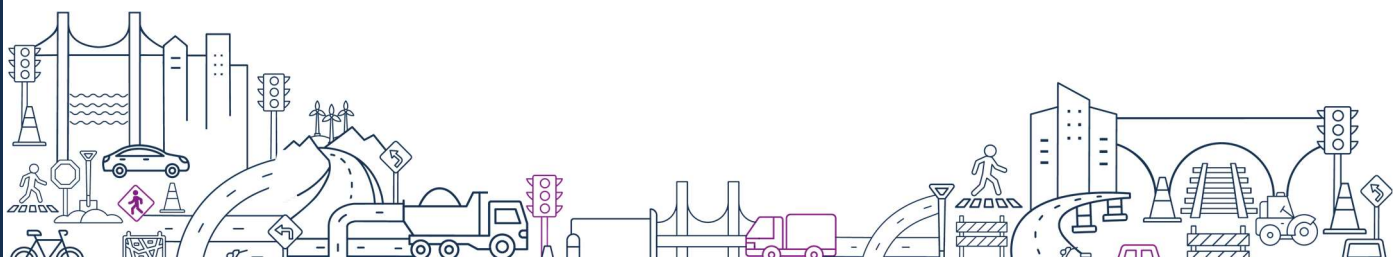
- Portaria nº 1.166, de 5 de dezembro de 2023: Institui a Política de Governança do Ministério, estabelecendo princípios e diretrizes para uma gestão estratégica e transparente.
- Portaria nº 1.167, de 5 de dezembro de 2023: Cria o Programa de Integridade do Ministério, com foco na prevenção à corrupção, na ética e na entrega de valor público.
- Portaria nº 1.168, de 5 de dezembro de 2023: Estabelece a Rede de Integridade e Transparência dos Transportes, definindo diretrizes para os programas e planos de integridade do Ministério e suas entidades vinculadas.
- Portaria nº 1.169, de 5 de dezembro de 2023: Cria a Comissão de Ética do Ministério, reforçando o compromisso com os padrões éticos no serviço público.
- Portaria nº 1.170, de 5 de dezembro de 2023: Designa os membros da Comissão de Ética, detalhando seus mandatos e atribuições.
- Portaria nº 58, de 19 de janeiro de 2024: Regulamenta a Política de Transparência e Acesso à Informação no Ministério, com diretrizes para a transparência ativa, passiva e abertura de dados.
- Portaria nº 153, de 15 de fevereiro de 2024: Estabelece a estrutura para a divulgação de agendas públicas e o recebimento de hospitalidades e presentes, assegurando maior controle e transparência por meio do sistema e-Agendas.



- Portaria nº 525, de 28 de maio de 2024: Aprova o Plano de Integridade do Ministério (2024-2027), com revisões anuais e monitoramento realizado pela AECI.
- Portaria nº 851, de 6 de setembro de 2024: Define procedimentos para prevenir o nepotismo, promovendo os princípios de impessoalidade e moralidade.
- Portaria nº 1.009, de 6 de novembro de 2024: Regulamenta o tratamento de situações de conflito de interesses e os procedimentos para o exercício de atividades privadas por servidores e empregados públicos, em conformidade com as normas éticas e legais.

A AECI contribuiu para a elaboração dessas normativas por meio da análise de cenários, monitoramento de riscos e proposição de diretrizes técnicas, alinhadas às melhores práticas de governança e às exigências legais.

Essa atuação reforça a estrutura normativa e administrativa do Ministério, permitindo a adoção de medidas que promovam a eficiência, a integridade e a transparência na gestão pública.



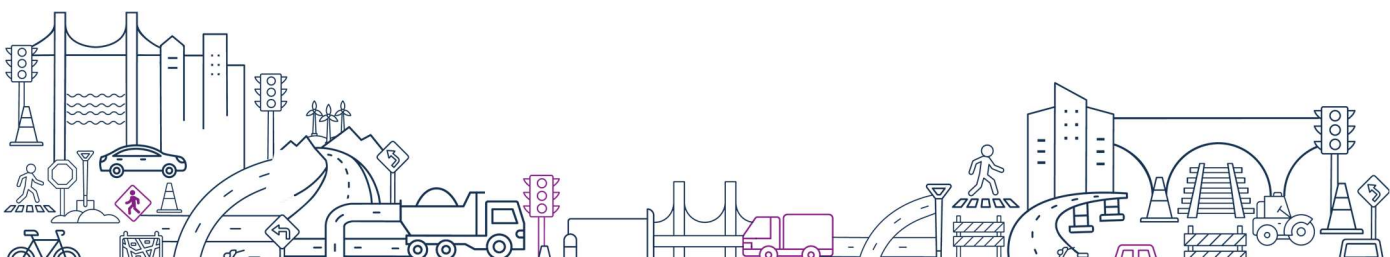
IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Atividades 2024 da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) destaca o compromisso do Ministério dos Transportes com a integridade, a transparência e a eficiência na gestão pública. Ao longo do ano, foram realizadas ações estratégicas que resultaram em avanços significativos na governança, na gestão de riscos, no controle interno e na promoção da ética institucional.

Entre os destaques, está o fortalecimento da transparência pública, evidenciado pelo atingimento de 100% de conformidade nos requisitos de transparência ativa, consolidando o Ministério como referência em boas práticas no Poder Executivo federal. O acompanhamento contínuo das demandas de órgãos de controle e a implementação de ferramentas como o e-Agendas e o Plano de Dados Abertos reforçaram o compromisso com a prestação de contas e a clareza na comunicação com a sociedade.

No campo da integridade, as iniciativas estruturadas no âmbito do Programa de Integridade e da Rede de Integridade e Transparência dos Transportes consolidaram uma cultura organizacional baseada na ética e na conformidade. A adesão ao Pacto Brasil pela Integridade e a realização do Workshop Integridade em Foco marcaram avanços na interação entre os setores público e privado, promovendo uma gestão pública mais íntegra e colaborativa.

A gestão de riscos também evoluiu significativamente, com a adoção de metodologias robustas e ferramentas tecnológicas que aprimoraram o monitoramento e a mitigação de ameaças organizacionais. Essas ações contribuíram para a construção de um ambiente institucional mais seguro e resiliente, garantindo a entrega de políticas públicas de qualidade.



Além disso, a estruturação das instâncias de governança, formalizada pela Portaria MT nº 1.166/2023, estabeleceu uma base sólida para a avaliação, o direcionamento e o monitoramento das ações ministeriais. A integração entre os comitês de governança, aliada ao assessoramento técnico e estratégico da AECl, assegurou alinhamento às melhores práticas de gestão pública.

O Ministério dos Transportes encerra o ano de 2024 com resultados expressivos, reafirmando seu compromisso com a ética, a responsabilidade e a entrega de valor público. Os avanços alcançados fortalecem as bases para a continuidade das ações em 2025, com foco na inovação, no aprimoramento das práticas institucionais e na excelência em atender às demandas da sociedade.

